

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 0270093-0 14ª Vara Cível de Recife

Apelante: FORUM PCS INFORMÁTICA LTDA E ADRENALINE FRANQUIAS LTDA

Apelado: DIEGO DA SILVA SANTOS

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NA INTERNET. LEGITIMIDADE PASSIVA DOS PROPRIETÁRIOS DO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE. DECISÃO QUE DEVE SER MODIFICADA PARA AFASTAR A CONDENAÇÃO DOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO.

I. É parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda o proprietário do site em que se publicou o anúncio que gerou o negócio jurídico, uma vez que a decisão decorreu da análise do conjunto probatório.

II. A responsabilidade pelo dano decorrente de fraude não pode ser imputada ao veículo de comunicação, visto que esse não participou da elaboração do anúncio, tampouco do contrato de compra e venda do veículo. (Precedentes)

III. Apelações providas.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, ACORDAM os Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **dar provimento** aos recursos de apelação, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 01 de julho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 0270093-0

14ª Vara Cível de Recife

Apelante: FORUM PCS INFORMÁTICA LTDA E ADRENALINE FRANQUIAS LTDA

Apelado: DIEGO DA SILVA SANTOS

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO

Cuida-se de Apelações Cíveis interpostas por **FORUM PCS INFORMÁTICA LTDA E ADRENALINE FRANQUIAS LTDA** em face da sentença que, nos autos da Ação de Indenização por danos materiais e morais com pedido de liminar, julgou procedentes, e, por sua parte, os pedidos formulados e, via de consequência, condenou as empresas **Vanderlei Luiz da Silva Informática, Viratec Indústria e Comércio de Produtos de Informática Ltda, Adrenaline Franquias Ltda Me e Fórum Pcs Informática Ltda** a indenizarem, solidariamente, **Diego da Silva Santos** por danos materiais em R\$ 6.511,00 (seis mil quinhentos e onze reais), corrigidos monetariamente desde o ingresso da ação e juros moratórios legais desde a citação, além dos danos morais arbitrados em R\$ 6.000,00 (seis mil reais), com correção monetária e juros moratórios a partir da data da sentença.

Condenou, ainda, as vencidas no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor da condenação, apurado na forma do art. 475-J do CPC.

Irresignado, o primeiro apelante (fls. 288/296), **Fórum Pcs Informática Ltda**, levanta preliminar de ilegitimidade para figurar no pólo passivo da demanda (art. 267 do CPC), afirmando que, nos capítulos da oferta e publicidade do Código do Consumidor, impõe deveres ao fornecedor-anunciante e não dos veículos de comunicação, propaganda e anúncios. Assim, sustenta que tais capítulos, só atingem os veículos de comunicação e propaganda quando esteja na qualidade de fornecedores, portanto, a **Fórum pcs** deve ser excluída da condenação (art. 3 do CDC).

A segunda a apelante, **Adrenaline Franquias Ltda Me**, prima face, afirma ser parte ilegítima para atuar na ação, pois seu site apenas faz a intermediação nos contratos de franquias, divulgando novidades e lançamentos. Registra que não é um site de vendas.

Explica que no site há um canal de comunicação e interação entre os usuários, que devem ser registrados para postar mensagens com manifestação de opiniões, comentários, discussões, anúncios de produto usados, etc. Esse canal se chama de Fórum e contém uma série de regras para serem respeitadas pelos usuários. As pessoas se conhecem através do Fórum e negociam particularmente, sem intermediação da ora apelante. Sendo assim, aduz que não pode ser responsabilizada por isso e que a sentença concluiu equivocadamente e de forma genérica.

Registra que os usuários só podem vender coisas usadas ou trocar equipamentos, pois as negociações não têm fins lucrativos, contudo o apelado comprou peças novas para montar computador, tendo inclusive confessado que foi emitida a nota fiscal pela ré **Veratec Indústria e Comércio de Produtos de Informática Ltda**. Com isso, enfatiza que o apelado não cumpriu

389
DC

com as regras estabelecidas no Fórum (item 5.5, que proíbe a venda de produtos novos cujos fins sejam comerciais).

Por fim, sustenta que não teve conhecimento do negócio, que não é intermediária ou garantidora do negócio, como também não tem nenhum benefício econômico no ajuste, afirmando que a transação em si não ocorreu no site. Assim, ausente a sua responsabilidade por eventual anúncio, pois apenas é um veículo de comunicação, não sendo possível a sua comparação com os outros réus, pela ausência de responsabilidade do negócio efetuado.

Em contrarrazões (fls. 350/356), o apelado afirma ser notória a responsabilidade e legitimidade da Fórum Pcs, pois o seu sítio veicula a informação no sentido de garantir a higidez dos comerciantes que utilizam o canal de intermediação com o objetivo de auferir lucro, tanto que na cláusula constante na fl. 30 registra que *"o anunciante que não respeitar as regras e não entregar os produtos vendidos será expulso perdendo o cadastro e o login no fórum. O anunciante expulso não terá direito aos ressarcimentos dos valores"*.

Nas contrarrazões de fls. 358/368, o apelado sustenta que a empresa **Adrenaline Franquias Ltda Me** é responsável pela negociação, pois além de permitir a venda de produtos novos, em razão da intermediação, percebe remuneração mensal por parte dos vendedores do produto, o que leva a existir cadeia de produtos e serviços. Registra que o apelando alegou na inicial que os apelantes auferiam mensalidade para prestação do serviço e tal fato não foi rebatido na contestação do segundo apelante, que apenas se resumiu a afirmar que não recebe comissão, porcentagem ou qualquer outra verba em decorrência da transação (fl. 180).

É o relatório.

Em virtude de o valor da condenação não ultrapassar a importância de 60 (sessenta) salários mínimos, tampouco envolver a questão em lide matéria de alta indagação, por aplicação analógica do art. 551, §3º do CPC, referendado pelo art. 76, Parágrafo Único, do RITJPE, fica dispensada a remessa dos autos ao revisor.

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 03 de junho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 0270093-0 14ª Vara Cível de Recife

Apelante: FORUM PCS INFORMÁTICA LTDA E ADRENALINE FRANQUIAS LTDA

Apelado: DIEGO DA SILVA SANTOS

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

VOTO

Cuida-se de Apelações Cíveis em face da sentença proferida nos autos da Ação de Indenização por danos materiais e morais com pedido de liminar.

A sentença vergastada julgou procedentes, em parte, os pedidos formulados na inicial e, via de consequência, condenou as empresas Vanderlei Luiz da Silva Informática, Viratec Indústria e Comércio de Produtos de Informática Ltda, Adrenaline Franquias Ltda Me e Fórum Pcs Informática Ltda a indenizarem, solidariamente, Diego da Silva Santos por danos materiais em R\$ 6.511,00 (seis mil quinhentos e onze reais), corrigidos monetariamente desde o ingresso da ação e juros moratórios legais desde a citação, além dos danos morais arbitrados em R\$ 6.000,00 (seis mil reais), com correção monetária e juros moratórios a partir da data da sentença. Condenou, ainda, as vencidas no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor da condenação, apurado na forma do art. 475- J do CPC

Cinge-se o debate do presente recurso acerca da legitimidade e da responsabilidade ou não das partes apelantes, em razão do insucesso da compra de material novo de informática realizada em 2008 pelo apelado/Diego da Silva Santos.

Inicialmente, registro ser incontroverso que o negócio realizado entre o Apelado/Diego e o réu Vanderlei Luiz da Silva Informática não se concluiu dentro das legítimas expectativas. Assinalo ainda que a nota fiscal foi emitida pela empresa Veratec Indústria e Comércio de Produtos de Informática Ltda, de responsabilidade do Sr. Meikel Buboltz e não por Vanderlei, com quem o autor havia efetuado o negócio, o que demonstra que ambas as empresas agem conjuntamente.

Pois bem. Trata-se de irresignação de 2 réus, a Fórum Pcs Informática e a Adrenaline Franquias Ltda.

Para melhor elucidar a questão, necessário distinguir os papéis das empresas que apresentaram o recurso no negócio jurídico realizado com insucesso.

Compulsando os autos, verifico que as empresas Fórum Pcs Informática e Adrenaline Franquias Ltda são meios de comunicação entre o vendedor/anunciante e o consumidor, portanto, partes legítimas para figurarem no pólo passivo da demanda. Embora sejam partes legítimas, entendo que devam ser eximidas da responsabilidade. Explico:

A presente demanda tem escopo no Código de Defesa do Consumidor e, sendo assim, assinalo o art. 38 do Código protecionista que diz “ *o ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina.*”

Como se vê dos autos, as empresas recorrentes são meros veículos de comunicação, pois não são intermediárias do negócio, já que não auferem nenhum lucro com a compra e venda do produto, tão pouco são enquadradas como fornecedoras.

Ainda, o fato da Fórum Pcs ter confessado que tinha banner publicitário em seu site não a faz responsável pelo malgrado negócio jurídico.

Nesse sentido é o entendimento do nosso Superior Tribunal de Justiça:

“AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO FALSONA INTERNET. LEGITIMIDADE PASSIVA DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO. SÚMULA STJ/7. DANO MORAL. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE.DECISÃO AGRAVADA. MANUTENÇÃO.

I. A convicção a que chegou o Tribunal a quo quanto à legitimidade passiva ad causam do proprietário do site em que se publicou o anúncio falso decorreu da análise do conjunto probatório. O acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do menciona do suporte. Incide nesse ponto a Súmula STJ/7.

II. A responsabilidade pelo dano decorrente de fraude não pode ser imputada ao veículo de comunicação, visto que esse não participou da elaboração do anúncio, tampouco do contrato de compra e venda do veículo.Agravo Regimental improvido.

(STJ- AgRg nos EDcl no Ag 1360058 RS 2010/0185509-5, TERCEIRA TURMA, Relator(a): Ministro SIDNEI BENETI, dje. em 12/04/2011, dje. em 27/04/2011)”

Esse precedente é antigo. Em 2004, a ministra Nancy Andrighi se posicionou da seguinte forma:

“RECURSO ESPECIAL - PREQUESTIONAMENTO - INOCORRÊNCIA - SÚMULA 282/STF - FALTA DE COMBATE AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO - APLICAÇÃO ANALÓGICA DA SÚMULA 182 - PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CONSUMIDOR - VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO - EVENTUAL PROPAGANDA OU ANÚNCIO ENGANOZO OU ABUSIVO - AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE - CDC, ART. 38 - FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS. I - Falta prequestionamento quando o dispositivo legal supostamente violado não foi discutido na formação do acórdão recorrido. II - É inviável o recurso especial que não ataca os fundamentos do acórdão recorrido. Inteligência da Súmula 182. III - As empresas de comunicação não respondem por publicidade de propostas abusivas ou enganosas. Tal responsabilidade toca aos fornecedores - anunciantes, que a patrocinaram (CDC, Arts. 3º e 38). IV - O CDC, quando trata de publicidade, impõe deveres ao anunciante - não às empresas de comunicação (Art. 3º, CDC). V - Fundamentação apoiada em dispositivo ou princípio constitucional é imune a recurso especial.

(STJ- Resp 604172/SP. Recurso Especial. j. em 22/06/2004 Relatora: Ministra NANCY ANDRIGHI)”

Como pode ser verificado no julgado exposto acima, a prática de “propaganda enganosa” não é tida como de responsabilidade dos veiculadores da publicidade enganosa, e sim dos fornecedores do produto ou serviço, e tal responsabilização é feita a fim de proteger os

consumidores de possíveis abusos exercidos pelos fornecedores, sendo seu o ônus de provar que não estava praticando o ato de tal forma (art. 38 CDC).

Pelo mandamento acima transcrito, no caso de anúncios publicitários de internet, percebe-se claramente que o ônus da prova a respeito da veracidade das informações contidas nas mensagens é de inteira responsabilidade do anunciante ou do fornecedor do serviço. Logo, o veículo de comunicação não pode ser responsabilizado pelo conteúdo das publicações que não são de sua autoria.

Não é dever dos veículos de comunicação apurar, em princípio, veracidade ou abusividade do anúncio contratado, pois esse ônus é do fornecedor-anunciante, que poderá responder pelo patrocínio da eventual publicidade enganosa ou abusiva, na forma do CDC.

Conclui-se, portanto, que deve ser afastada a condenação dos veículos de comunicação, ou seja, dos ora recorrentes, pois não cabe aos recorrentes a responsabilidade pela negociação errada. Tal responsabilidade atinge diretamente os fornecedores-anunciantes, que a patrocinaram (CDC, Arts. 3º e 38).

Pelo exposto, voto no sentido de dar provimento aos recursos das empresas FORUM PCS INFORMÁTICA LTDA E ADRENALINE FRANQUIAS LTDA para excluí-las da condenação imputada na sentença vergastada, considerando a ausência de responsabilidade das empresas.

É como voto.

Recife, 01 de julho de 2014.


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator